

VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho. O Trabalho no Século XXI.
Mudanças, impactos e perspectivas.

Número e Título do GT:

GT 17 - Sociología de las Profesiones. Los modelos profesionales en debate.

Título do trabalho:

As políticas públicas no âmbito do ensino superior: um estudo das trajetórias laborais dos graduandos e egressos em duas universidades federais brasileiras

Nomes do autor e co-autor:

Geruza Tavares D'Avila e Regina Célia P. Borges

Título: As políticas públicas no âmbito do ensino superior: um estudo das trajetórias laborais dos graduandos e egressos em universidades públicas brasileiras

Resumo simples

Buscar por um espaço “digno” e, manter-se nele, está se tornando tarefa cada vez mais difícil, de modo particular para aqueles jovens em processo de formação profissional, ou mesmo para os concluintes. O objetivo deste trabalho foi relacionar de que modo o REUNI e o PNAES repercutem na trajetória laboral de universitários e de egressos de universidades federais. Foram entrevistados três jovens em duas instituições públicas localizadas em uma das capitais da região Sul e, dois jovens, egressos de uma universidade na Baixada Fluminense. A análise das informações coletadas, através da construção dos núcleos de significação, permitiu identificar que em suas trajetórias os jovens desconhecem o PNAES e não tem muita clareza do REUNI e, mesmo com estas políticas, enfrentam desafios quanto à inserção profissional tanto pela sua condição juvenil, como também pela sua condição socioeconômica.

Objeto

A contemporaneidade, apesar de se configurar como um momento de transformações substanciais em todas as esferas da vida, ainda assim, não denota rupturas com a “lógica do regime capitalista de acumulação” (Coutinho, 2009). Assim sendo, uma “crise estrutural do capitalismo” demanda novas formas de produção e acumulação do capital, e conforme Mészáros (2008, p. 76) “a própria globalização capitalista é uma manifestação contraditória dessa crise, tentando subverter a relação *causa/efeito*, na vã tentativa de curar alguns efeitos negativos mediante outros *efeitos ilusoriamente desejáveis*, porque é estruturalmente incapaz de se dirigir às suas causas”.

Nesse sentido, Coutinho (2009), ancorada em Ricardo Antunes, explica que no contexto produtivo a classe trabalhadora assume atualmente outras configurações, para além do proletariado fabril, abrangendo todos aqueles que vendem sua força de trabalho, submetendo-se, paulatinamente, a condições precarizadas de trabalho, com vínculos trabalhistas cada vez mais efêmeros, temporários. De tal modo, conquistar um espaço “digno” no mercado de trabalho, e manter-se nesse ambiente, está se tornando uma tarefa cada vez mais difícil, de modo particular para aqueles jovens que estão em processo de formação profissional, o “estudante-trabalhador”, ou mesmo para aqueles que já a finalizaram, os bacharéis, os licenciados, e etc.

A inserção profissional é um processo social engendrado nas e pelas relações sociais entre os sujeitos e as instituições em que estes fazem parte em distintos momentos de suas vidas (Silva, 2009). O lócus dessa inserção profissional dá-se na relação capital-trabalho, mas compreende também e, substancialmente, todo o sistema de ensino, responsável pela formação profissional dos sujeitos. Considera-se, destarte, que a busca por uma universidade, sobretudo as públicas, pode representar uma possibilidade de trabalhar não só para garantir a sobrevivência, mas também de atuar em sua área de formação profissional, assim como viabilizar uma mobilidade social.

Este estudo se situa na relação trabalho e educação, sobretudo, quanto aos vieses que esta relação mantém com a população jovem brasileira, especificamente, àqueles que realizam um curso universitário, ou que possuem um título de licenciatura ou bacharelado, através do conhecimento de suas trajetórias ocupacionais. Petters e Raitz (2011) advogam que tal temática vem atraindo cada vez mais a atenção de pesquisadores por, pelo menos, três motivos: 1) entendimento das complexas relações entre juventude, educação e trabalho, 2) proposição de alternativas quanto à redução dos problemas

decorrentes da inserção, permanência e valorização do seu trabalho, reconhecendo que são, ao mesmo tempo, estudantes e trabalhadores e, 3) “compreensão por parte das instituições educacionais da necessidade de aprendizagens relevantes para o seu crescimento pessoal e profissional” (p. 47). Novos planos de políticas públicas têm sido pensados, no que tange ao público jovem, reiterando a necessidade de pluralizar este conceito, ou seja, falamos de juventudes diante das desigualdades e diversidades sócio-econômicas, culturas e históricas.

Assim, o objeto foco deste trabalho foram às políticas públicas contemporâneas relacionadas ao ensino superior no Brasil e as trajetórias laborais de jovens que ainda estão cursando o ensino superior, bem como aqueles que já finalizaram seus estudos. As políticas públicas discutidas no âmbito deste trabalho compreendem o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

De acordo com o Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2008, p. 27), o REUNI “permite uma expansão democrática do acesso ao ensino superior, o que aumentará expressivamente o contingente de estudantes de camadas sociais de menor renda na universidade pública”. Ainda segundo o MEC, o PNAES consolida o REUNI, pois este plano viabiliza ações assistenciais de moradia, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e mesmo apoio pedagógico, implementadas pela própria instituição, responsável também pelo acompanhamento e avaliação de cada ação ou programa. Dessa forma, os objetivos do PNAES são: 1) a democratização das condições de permanência nas IFES, 2) reduzir desigualdades sociais e regionais durante a permanência e também na conclusão da graduação, 3) minimizar a retenção e evasão escolar e finalmente 4) a promoção da inclusão social pela via da educação (Brasil, 2010).

Parte-se da premissa que tais políticas têm uma contribuição fundamental para o acesso à educação superior no Brasil. No entanto, o modelo de expansão desse sistema caracteriza-se “pela proeminência cada vez maior do mercado educacional, de sua questionável regulação e das conseqüências disso para a formação universitária e para a própria identidade de suas instituições ou do sistema universitário” (Sguissardi, 2008, p. 993). Não obstante, em relação às maiores oportunidades de acesso quanto ao ensino de nível universitário para uma população que dantes não teria condições de finalizar quiçá o ensino médio, as quais são viabilizadas por outras políticas, além do REUNI e do

PNAES, concorda-se com Silva (2010, p. 89) que, ainda assim, “se escondem diferenças sociais profundas que marcam o “lugar” de cada um” na sociedade contemporânea.

Objetivo

O objetivo deste trabalho foi relacionar de que modo as políticas públicas REUNI e PNAES repercutem na trajetória laboral de estudantes do ensino superior e de egressos de universidades federais.

Metodologia

Este estudo baseia-se no estudo exploratório de duas pesquisas de doutoramento distintas, mas que se assemelham quanto aos participantes e o lócus dos objetos estudados, quais sejam, respectivamente, os jovens, universitários e egressos, a universidade e o “mundo do trabalho”, bem como as políticas que intermedeiam tais relações. Ademais, ambas utilizaram-se da entrevista semi-estruturada e buscavam o conhecimento da trajetória social, familiar e ocupacional de cada sujeito.

Assim, foram entrevistados 5 sujeitos com media de idade de 23 anos; 3 ainda são universitários numa universidade pública localizada em uma das capitais da região Sul e, os demais são egressos de uma universidade localizada no Sudeste do país, especificamente na Baixada Fluminense. As entrevistas foram desenvolvidas através de um roteiro previamente estabelecido, combinando perguntas de perfil socioeconômico e abertas, sendo complementado por algumas técnicas de estudo das trajetórias sócio-profissionais, como por exemplo, o desenho da trajetória sócio-profissional – TSP (Soares e Sestren, 2007).

A análise das informações coletadas está sendo construída seguindo as etapas de leitura flutuante e organização do material em pré-indicadores, aglutinação dos mesmos e finalmente, a construção dos núcleos de significação (Aguar e Ozella, 2006).

Resultados

O estudo das trajetórias laborais dos jovens permitiu a identificação de alguns núcleos de significação os quais se relacionam às políticas públicas REUNI e PNAES, diretamente vinculadas às IFES. Percebeu-se que dificilmente os jovens conseguem dedicar-se integralmente aos seus estudos, uma vez que precisavam de um recurso financeiro para sobrevivência e custeio de sua graduação, pois apesar do ensino não ser cobrado via mensalidade, muitos custos acompanham o universitário, principalmente, os custos com as passagens para o deslocamento entre a casa e/ou o trabalho e a universidade, os custos com os livros e/ou cópias destes e, a alimentação. Apesar do

PNAES prever a destinação de recursos para esta finalidade, na prática, os estudantes não buscaram esses direitos. Além da maioria dos jovens desconhecer o PNAES, os estudantes buscavam outras formas de obtenção de recursos com relação a estes gastos, como a ajuda da família ou o desenvolvimento de alguma atividade remunerada. Como muitos colegas que se encontravam em situação socioeconômica mais desfavorável que os entrevistados, muitos não concorriam aos editais do PNAES para “deixar para aqueles que mais precisavam”.

Durante os anos universitários, os jovens trabalharam em quase a totalidade de seu curso em modalidades diferentes de vínculos trabalhistas e condições de trabalho, em sua maioria, com vínculos precários e temporários, como as bolsas de estudos distribuídas com recursos universitários, como as bolsas de pesquisa, monitoria ou de extensão. Outros trabalhavam como: estagiários, como servidores da união, ou mesmo como empregados com carteira assinada, por vezes, chegando atrasados em sala de aula ou deixando as leituras do curso de graduação atrasadas.

Para os jovens que já possuem diploma de graduação, no último ano de seu curso, a preocupação foi quase exclusiva para a inserção profissional, sobretudo, quando o período universitário tivesse findado. Estes jovens passaram a buscar oportunidades de trabalho mesmo antes do último ano de graduação, e alegaram o medo do desemprego ser o estímulo para essa busca de oportunidades.

Há que se marcar uma transformação em relação aos projetos de vida e profissionais dos jovens que foi viabilizada pela formação universitária. Dependendo de uma complexidade de fatores interligados, tais como a família, o trabalho e a saúde, os jovens foram “tocados”/“marcados” por sua formação, em sua opinião, transformando o seu ser, mas também deixando sua “marca” no espaço universitário, modificando-o também, sobretudo aqueles que participaram de movimentos estudantis. Aqui a educação cumpre com sua função mais ampla da qual falava Anísio Teixeira em seus discursos, como o “alargamento da mente humana” e do desenvolvimento do “saber humano” (Sguissardi, 2008, p. 1010).

Pode-se perceber o quanto a maioria dos jovens entrevistados não se percebem como cidadãos no que se refere à educação e ao trabalho. A educação superior, apesar de terem realizado-a em IFES, no início dos cursos, não possuem clareza no que tange aos seus direitos e às funções da Universidade, ficando esta reduzida ao aspecto da “formação profissional”. Talvez com a implantação destas políticas de acesso e

permanência nas IES, em breve os estudantes passem a perceber que não são meros usuários do sistema de ensino, mas que a sociedade e, portanto, o Estado também, possui uma dívida histórica quanto ao acesso à educação superior, que desde o estabelecimento da família imperial portuguesa no Brasil estimula o ensino das elites, apenas. Assim como Silva (2010, p. 96), verificou-se com esta pesquisa que apesar das políticas incentivarem o alongamento da escolarização, os diplomas da população brasileira em geral, “definitivamente, não tem correspondido em melhores condições de vida para todos”.

Bibliografia principal

- Aguiar, Wanda Maria Junqueira; Ozella, Sergio (2006). Núcleos de significação como instrumento para a apreensão da constituição dos sentidos. *Psicologia Ciência e Profissão*, Brasília, 26(2), jun.
- Antunes, Ricardo Luis Coltro (2009). *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2ª Ed. 10ª reimp. São Paulo: Boitempo.
- Brasil (2008). Ministério da Educação (MEC). *O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas*. Brasília: Ministério da Educação; Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- Brasil (2010). Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES*. Recuperado em 16 de outubro, 2012, de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm
- Coutinho, Maria Chalfin (2009). Sentidos do trabalho contemporâneo: as trajetórias identitárias como estratégia de investigação. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, vol. 12, n. 2, pp. 189-202
- Mészáros, István (2008). *A educação para além do Capital*. (Tradução Isa Tavares). 2ª Ed. São Paulo: Boitempo.
- Petters, Luciane Figueiredo; Raitz, Tânia Regina (2011). Identidade e trajetórias de jovens universitários do curso de Pedagogia: transição educação e trabalho. In: Raitz, T. R. (org.). *Os tempos atuais e a educação e o trabalho na esteira das transformações*. 1 ed. Curitiba: CRV.
- Sguissardi, Valdemar. (2008). Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez.
- Soares, Dulce Helena Penna; Sestren, Gisele. (2007). A trajetória sócio-profissional. In: Lima, Mariza; Barros, Delba. (orgs.). *Orientação Profissional: Teoria e Técnica*. 1 ed. São Paulo: Editora VETOR / ABOP, v. 3, p. 81-96
- Silva, Mariléia Maria da (2009). A Inserção Profissional dos Jovens em tempos de Inovação Tecnológica e Organizacional. *Revista Educação em Questão* (UFRN. Impresso), v. 35, p. 74-97.
- _____. (2010). Estratégias de sobrevivência: bolsa de iniciação científica, desemprego e precarização do trabalho entre os jovens. *Rev. Teoria e Prática da Educação*, v. 13, n. 3, p. 87-98, set./dez.